

# Da ABOS à ABRASBUCO: meio século de lutas por saúde bucal no Brasil (\*)

Paulo Capel Narvai (\*\*)

*"E que as crianças cantem livres sobre os muros  
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor  
E que o passado abra os presentes pro futuro  
Que não dormiu e preparou o amanhecer"*

Taiguara, em *Que as Crianças Cantem Livres*.

## INTRODUÇÃO

Após o fracasso da tentativa de reorganizar a Associação Brasileira de Odontologia Social (ABOS), durante o 1º Congresso Internacional de Odontologia de Curitiba (1981), abriu-se um período de dificuldades, em nível nacional, para os ativistas dessa área<sup>(1)</sup>. Organizava-se em várias localidades, e também em São Paulo, uma oposição sindical identificada com o chamado "novo sindicalismo", que florescia no ABC e em algumas capitais estaduais, e gestava-se o que viria a ser o Movimento Brasileiro de Renovação Odontológica (MBRO)<sup>(2)</sup>, ampliando para além do movimento sindical o alcance das transformações que vinham com os ventos democráticos, soprados pelas lutas contra a ditadura civil-militar, ainda no poder.

A ABOS fora duramente atingida no período pós-1964, pois o golpe à democracia minou a sua base mais importante: a primeira geração de "dentistas sanitaristas" que trabalhava no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em

algumas secretarias estaduais de saúde e educação e nos departamentos e disciplinas de Odontologia Preventiva e Social, que estavam sendo criados após a Reforma Universitária de 1968<sup>(3)</sup>. O Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5, em dezembro de 1968 obscureceu ainda mais qualquer perspectiva<sup>(4)</sup>. A ABOS não resistiu. Com ela sucumbiram também, naquele período, as pautas relacionadas com a utilização de profissionais auxiliares pelos serviços públicos odontológicos, tal como vinha fazendo o SESP desde o pioneiro programa de odontologia sanitária de Aimorés, MG, iniciado em 1952. A formação, em serviço, de Auxiliares de Higiene Dentária (AHD) que se tornariam Higienistas Dentários (HD) em cursos desenvolvidos pelo próprio SESP foi interrompida no pós-1964. A criação do Conselho Federal de Odontologia (CFO)<sup>(5)</sup>, em 1964, ao invés de impulsionar tais iniciativas institucionais lhes criaria dificuldades adicionais. Apenas uma década depois, em 6/2/1975, o então Conselho Federal de Educação (CFE) aprovaria o Parecer 460/75, autorizando e estabelecendo as exigências para a formação do Atendente de Consultório Dentário (ACD) e do Técnico em Higiene Dental (THD). Mas foram necessários ainda mais nove anos até que, em 1984, vinte anos depois do golpe de 1964, o CFO publicou a Decisão 26/84, incorporada e complementada pela Resolução CFO nº 155/84, de 25/08/1984, disciplinando o exercício dessas profissões no Brasil<sup>(6)</sup>. Naquele contexto, os profissionais das secretarias de saúde e educação ativeram-se às possibilidades do período do auge da ditadura e os professores universitários, sob o tacão do Decreto-Lei 477/1969, recuaram e restringiram a abrangência e profundidade de seus programas de ensino. Nas disciplinas de OPS mal se podia falar de epidemiologia bucal, para ficar em apenas uma área fortemente afetada pelas limitações técnico-políticas da época<sup>(4)</sup>.

## **GRUPO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE OPS**

Com a ABOS inviabilizada e os limites impostos aos serviços públicos odontológicos, os professores de OPS buscaram se organizar para apoio acadêmico mútuo e a definição de programas de ensino com alguma unidade nacional. Mas havia enormes dificuldades para construir um "Grupo Brasileiro de Professores de OPS" (GBPOPS), segundo o padrão de outros "Grupos" vinculados a disciplinas da área e às especialidades odontológicas<sup>(7)</sup>. A última tentativa de organizar o GBPOPS ocorreu em 1994, no 10º Enatespo, realizado em Balneário

Camboriú, SC. A reunião paralela juntou algo em torno de 20 participantes que analisaram a oportunidade de criar uma entidade. Não foi possível, porém, responder de modo cabal à questão central posta aos participantes: a Aboprev não era a entidade que deveria congregiar tais professores? Por que criar outra entidade? Tomou-se, então, a decisão de organizar em 1995 outra reunião, em Curitiba, que deveria se ocupar desse ponto específico de pauta: aprovar os estatutos e criar oficialmente a entidade. Mas não houve a reunião de Curitiba e o GBPOPS não foi criado.

'Aboprev' é a sigla da Associação Brasileira de Odontologia Preventiva, entidade que fora criada em 1981 em São Paulo e que impulsionou fortemente o desenvolvimento da Odontologia Preventiva no país<sup>(3)</sup>. Em 1994 o nome da Aboprev foi alterado para Associação Brasileira de Odontologia de Promoção de Saúde. Mas a sigla se manteve. Em 1998 a entidade lançou a 'Revista da Aboprev'.

## **UMA ENTIDADE PARA QUÊ?**

As eleições diretas para governadores, ocorridas em 1982, depois da sua extinção pelo Ato Institucional nº 3, de 1966, abriu perspectivas de renovação dos serviços públicos odontológicos e novos coordenadores assumiram funções de gestão nessa área, em um contexto histórico reconhecido como de "abertura democrática"<sup>(8)</sup>.

Os novos gestores, em aliança com docentes de OPS e militantes da causa democrática reunidos no Movimento Brasileiro de Renovação Odontológica (MBRO), organizaram o primeiro Encontro Nacional de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico (Enatespo), realizado em Goiânia, GO, em 1984<sup>(2)</sup>. Conforme assinalado por Djalmo Sanzi Souza, na conferência de abertura do 18º Enatespo (Salvador, BA, 2005), "o Encontro surgiu em um contexto de luta política contra o regime militar, pela retomada da democracia e da justiça social (...), quando o Brasil apresentava um quadro epidemiológico dramático e serviços odontológicos que desenvolviam uma prática mutilatória e iatrogênica".

O Enatespo<sup>(8)</sup> foi criado e sucessivas edições se realizaram, sem que tenha sido necessário, para isto, uma entidade a organizá-lo. Parte do movimento da SBC temia que, criando uma entidade, imediatamente colocar-se-ia para quem a

ela se vinculasse, o conjunto de questões relacionadas com o poder e seu exercício, no âmbito da entidade e nas relações que se imporiam com o Movimento da Reforma Sanitária que, no contexto histórico de meados dos anos 1980, consolidava-se tendo no Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)<sup>(9)</sup>, criado em 1976, e na Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco)<sup>(10)</sup> as entidades de referência para movimentos sociais e de lideranças democráticas municipalistas, cujo foco era a afirmação do direito à saúde e sua garantia por meio de um sistema universal de saúde. Intensificava-se a luta pelo Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>(11,12)</sup> e este deveria ser o centro do ativismo em defesa do direito à saúde.

Prevalencia, porém, entre os ativistas do que hoje se conhece como movimento da Saúde Bucal Coletiva<sup>(1)</sup>, a noção de que não era preciso criar uma entidade para agrupar esses ativistas. Ao contrário, elas e eles deveriam se integrar às entidades existentes de saúde pública/coletiva e, decerto, nas entidades odontológicas. Um conjunto expressivo de ativistas com foco na atuação sindical dedicou-se à construção da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), que desempenharia um papel decisivo nas lutas pelo direito à saúde bucal, em defesa dos trabalhadores da área e pela criação de Equipes de Saúde Bucal, para atuação sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>(1,13)</sup>. Prevalencia essa posição, mas ela não era unanimidade. Havia setores que viam positivamente a criação de uma entidade, que não deveria ser apenas um “Grupo Brasileiro de Professores...”, mas congregar outros segmentos.

O movimento teórico-político identificado com a Saúde Coletiva<sup>(14)</sup> como um campo de conhecimentos e práticas criou, em 1979, a Abrasco. Desde sua criação a entidade assumiu posição contrária à fragmentação da organização do campo em diferentes entidades por áreas específicas, seja por meio da criação de entidades específicas, seja pela publicação de periódicos dirigidos a essas áreas específicas. Havia razões para isto, que decerto não cabe aprofundar aqui. As sucessivas direções da Abrasco preocupavam-se em manter a integridade do campo, organizando-o em uma única entidade, pois havia receio de que a constituição de entidades e publicações em separado, segundo os eixos que constituem o campo (a epidemiologia, as ciências sociais e a política e gestão da saúde), conforme ocorre em muitos países, fragilizassem a Abrasco que se preparava para os difíceis embates da agenda do movimento.

Integravam essa agenda, compartilhada com o CEBES e demais entidades e movimentos reunidos no Movimento da Reforma Sanitária, dentre outros itens: a) assegurar mudanças no modo de realizar conferências de saúde; e b) unificar e descentralizar o sistema de saúde brasileiro. A 8ª Conferência Nacional de Saúde e a criação do SUS pela Constituição de 1988 são os marcos da implementação dessa agenda político-institucional<sup>(15)</sup>.

Vários militantes do emergente movimento<sup>(16)</sup> da SBC integraram-se efetivamente à Abrasco e ao CEBES<sup>(12)</sup> e, portanto, ao Movimento da Reforma Sanitária. Já nos primeiros congressos da Abrasco, os congressos brasileiros de saúde coletiva, organizaram-se sessões de comunicações coordenadas específicas sobre saúde bucal e foi progressivo o estreitamento de relações com as sucessivas diretorias. Em várias oportunidades foi cogitada a criação de um grupo temático específico, dado o reconhecido desenvolvimento da produção acadêmica nessa área e a relevância da sua integração às lutas para consolidar e ampliar a Abrasco. Nas gestões presididas por José da Silva Guedes (1989-91) e por Rita de Cássia Barata (1996-2000), especialmente, houve entendimentos com essa finalidade, mas a criação do GT acabou não se efetivando, o que viria a ocorrer quando José da Rocha Carvalheiro presidiu a Abrasco (2006-09). Ainda na condição de candidato à presidência da Abrasco, Carvalheiro estivera presente à Assembleia Geral da Abrasbuco, ocorrida durante o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e 11º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizados de 21 a 25 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro. A criação do Grupo Temático de Saúde Bucal Coletiva (GT-SBC) foi proposta, formalmente, por meio de um documento com essa finalidade redigido em Salvador, BA, em 18 de julho de 2007, e assinado por um grupo de militantes históricos da SBC, composto por (ordem alfabética): Angelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira, Carlos Botazzo, Elizabeth Cristina Fagundes de Souza, Marco Aurélio de Anselmo Peres, Paulo Capel Narvai, Samuel Jorge Moysés e Sérgio Fernando Torres de Freitas. A Abrasbuco não participou, formalmente, da proposição.

Na origem, o GT-SBC foi proposto para se ocupar, como era a missão da Abrasco, essencialmente das questões relacionadas com a produção científico-tecnológica, notadamente aquela com origem nos programas de pós-graduação<sup>(7)</sup>. Este foco seria alterado a partir de novembro de 2011, quando a entidade passou a se denominar apenas Associação Brasileira de Saúde Coletiva, abandonando a

expressão 'pós-graduação' que compunha seu nome desde a criação (1979). Um panorama das atividades do período mais recente do GT-SBC pode ser encontrado no artigo "*Saúde Bucal Coletiva: subvertendo o território odontológico*"<sup>(17)</sup>, que identifica cinco pautas da Agenda do GT-SBC que seguem norteando suas ações no presente, mas mescla, a meu ver inadequadamente, o movimento da SBC com mudanças ocorridas na Política Nacional de Saúde Bucal, notadamente com a criação do denominado programa 'Brasil Sorridente'<sup>(8)</sup>, a partir de 2004.

Mas o movimento da SBC teve, ademais, papel decisivo na organização das três Conferências Nacionais de Saúde Bucal (CNSB), sendo que a primeira, em outubro de 1986, sob a liderança de Volnei Garrafa, integrou o memorável processo da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde. A 2ª CNSB ocorreu em 1993 sob a coordenação geral de Swedenberger Nascimento Barbosa e representou um marco na resistência em defesa do SUS e na afirmação da saúde bucal como um direito de cidadania, sem cujo exercício não é possível falar em integralidade na saúde. A 3ª CNSB, e a mais recente até o momento, foi realizada em 2004 com a coordenação geral de Gilberto Alfredo Pucca Júnior, no contexto de afirmação da saúde bucal no SUS, finalmente como expressão de uma política pública elaborada democraticamente, e que se traduziu no programa "Brasil Sorridente"<sup>(18)</sup>. Em todos esses processos encontra-se a marca da participação dos ativistas e militantes identificados e compromissados com a Saúde Bucal Coletiva<sup>(19)</sup>.

## **PERIÓDICO CIENTÍFICO**

Se em meados dos anos 1990 havia sintonia do emergente movimento da SBC com a posição da Abrasco quanto à não fragmentação da entidade organizativa do campo da Saúde Coletiva em entidades por áreas específicas, era porém crescente a inquietação quanto ao periódico, pois havia "temas específicos" da interface odontologia-saúde coletiva que, infelizmente, encontravam dificuldades editoriais para serem aceitos para publicação, não obstante suas evidentes qualidades. As revistas de odontologia consideravam esses trabalhos de "saúde pública"; as de saúde coletiva os viam como produções "odontológicas". E a produção científica, relevante, era recusada por editores que tinham um olho no alcance e qualidade das contribuições que recebiam para arbitrar e outro no fator de impacto das revistas que dirigiam.

Mas a Abrasco mantinha-se irredutível: era necessário concentrar esforços para consolidar e qualificar suas duas revistas: a *Ciência & Saúde Coletiva*, criada em 1996 e a *Revista Brasileira de Epidemiologia*, criada em 1998.

Essa posição era tema de conversas e articulações no movimento da SBC, sendo crescente a insatisfação das principais lideranças científicas da área. Em diferentes núcleos acadêmicos (mas não apenas) da SBC, notadamente a USP, a UFRN, a UFBA, a UFMG, a PUC-MG, a UnB, a UFES, a UFSC e a UFPR, dentre outros, vinha se consolidando a posição de criar um periódico científico com a finalidade de dar fluxo à produção científica da área de SBC. Nos congressos da Abrasco, da Aboprev e nos Enatespo, ainda que informalmente, conversava-se muito sobre esse tema. Isto ocorreu também, e de modo mais intenso, no 5º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado de 25 a 29 de agosto de 1997, em Águas de Lindóia, SP.

Consolidou-se naquele evento a ideia de que era importante propor para a Abrasco a criação de uma revista científica específica para a Saúde Bucal Coletiva. A proposição deveria ser formal, já indicando possíveis integrantes de um Conselho Editorial e elencando nomes para a editoria.

## **AÇÃO COLETIVA**

Enquanto prosseguiram as articulações para desenvolver coletivamente o projeto de periódico científico a ser proposto para a Abrasco, na esteira da intensificação do estreitamento das relações entre o movimento da SBC e aquela entidade geral do campo da Saúde Coletiva, se consolidava também a posição coletiva de implementá-lo, no interior da Abrasco preferentemente, mas até mesmo de modo autônomo, se isto fosse considerado necessário. A perspectiva de ter uma revista própria e de que a integração à Abrasco pudesse interditar, de algum modo, a consecução desse objetivo, era um dos fatores que dificultavam, naquele contexto, a criação do GT-SBC.

Nesse ínterim, porém, o movimento da SBC foi surpreendido com o lançamento, alguns meses depois, no início de 1998, de uma revista intitulada 'Ação Coletiva', vinculada a uma entidade denominada 'Ação', com sede em Brasília, DF. Pires-Filho registra que "profissionais que de algum forma se vinculavam a essa área" receberam "uma Comunicação datada de 30 de outubro

de 1997 [*que*] formalizava um convite de adesão, como sócio fundador, da então Associação de Odontologia em Saúde Coletiva, [*desde que houvesse*] manifestação até o dia 31 de dezembro de 1997, mediante uma contribuição que visava dar sustentação à produção de uma Revista – Ação Coletiva (...)<sup>(7)</sup>.

A iniciativa confrontava a decisão tomada em Cuiabá, em outubro de 1997, de decidir sobre a criação de uma entidade da área apenas no Enatespo de Fortaleza, em agosto de 1998, desenvolvendo-se até o evento, um amplo processo de discussões no âmbito dos interessados, notadamente o movimento da SBC – o que, cabe assinalar, não foi implementado.

À perplexidade da notícia seguiram-se questionamentos de várias ordens, a começar pelo açodamento de lançar uma revista enquanto se discutia e delineava seu projeto, chegando a críticas formais e de conteúdo ao novo veículo. As críticas formais se dirigiam ao fato de que a 'Ação Coletiva' não atendia a requisitos elementares para indexação (não tinha lombada alta, utilizava grampos para fixação das folhas, tabelas, quadros e figuras não seguiam o padrão para esses elementos textuais, as referências eram heterogêneas, dentre outras objeções). O conteúdo mesclava, de modo evidentemente inadequado aos padrões exigidos de uma revista científica, artigos científicos com notícias de eventos, notas sociais, fotos e outros elementos estranhos a essa modalidade de veículo. Ademais, não havia informação apropriada aos colaboradores sobre as características dos manuscritos a serem submetidos para publicação, nem critérios de arbitragem, dentre outros problemas. Estava claro que, com aquele formato, a revista não seria indexada e todos os esforços desenvolvidos até então resultariam infrutíferos. Por fim, o nome ('Ação Coletiva') não permitia identificar o movimento da SBC como a área de conhecimento que produzia e buscava interlocução acadêmica para o conteúdo veiculado.

O lançamento da referida revista desencadeou no movimento da SBC um grande esforço para renovar e qualificar o projeto de um periódico efetivamente científico, com a finalidade de encerrar a publicação da 'Ação Coletiva' e assegurar a sua continuidade por meio da 'Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva'.

A definição do nome do periódico que daria seguimento à 'Ação Coletiva' não resultou de unanimidade. Argumentava-se que deveria se chamar "Revista de Saúde Bucal Coletiva" e que deveria se abrir a autores de outros países,



notadamente os latino-americanos. Não deveria ser, portanto, uma revista 'brasileira'. Mas havia um 'porém', relevante à época: em 9/11/1990 o Conselho Federal de Odontologia havia alterado a denominação da especialidade OPS para 'Odontologia Social' (Resolução CFO nº 167/90) e, logo em seguida, em decorrência da decisão da Assembleia Nacional de Especialidades Odontológicas (ANEO), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, para 'Odontologia em Saúde Coletiva'<sup>(2)</sup>. Por essa razão, temia-se deixar vazio esse espaço da 'Odontologia em Saúde Coletiva', motivo pelo qual a revista assumiu esse nome e manteve-se 'brasileira', ainda que vinculada organicamente a uma entidade (a Abrasbuco) que trazia a expressão 'saúde bucal coletiva' em sua denominação oficial. Em 27/12/2001, por meio da Resolução CFO nº 22/2001, o CFO alterou a denominação de "Odontologia em Saúde Coletiva" para, apenas, "Saúde Coletiva". O termo "Odontologia" foi retirado do nome da especialidade, segundo consta, como consequência da 2ª ANEO, realizada de 6 a 9/9/2001, em Manaus, AM.

Por decisão da Assembleia da Abrasbuco realizada em 2003 em Brasília, por ocasião do 16º Enatespo, a 'Ação Coletiva' passaria a ser apenas um boletim de notícias da Abrasbuco. Após a publicação de apenas uma edição impressa isto, infelizmente, não se consolidou.

## **REVISTA BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA EM SAÚDE COLETIVA**

As primeiras edições da 'Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva' (RBOSC) foram publicadas em Brasília. A assembleia da Abrasbuco realizada em setembro de 1999, no Rio de Janeiro, durante o 15º Enatespo e 4º CBSBC, indicou um novo Editor Científico para a RBOSC, o qual assumiu a função com o compromisso de retomar o projeto editorial original, em conformidade e consonância com as articulações que haviam sido desenvolvidas no âmbito da Abrasco, delineadas em Águas de Lindóia, e as que se seguiram, envolvendo a Abrasbuco. A criação da 'Ação Coletiva' implicara, dentre outras consequências, abortar o processo que levaria a criação de uma revista vinculada à Abrasco e redirecionar esse projeto para a Abrasbuco, reelaborando-o nos termos propostos para a RBOSC.

Mas na Assembleia da Abrasbuco realizada durante o 17º Enatespo, em Porto Alegre, em 30/5/2002, constatou-se que a vinculação à Abrasbuco não havia se consolidado, pois seguia sem solução adequada uma versão segundo a

qual a revista “pertencia à entidade Ação Coletiva” e que, portanto, não seria um órgão da Abrasbuco. Criara-se, assim, uma situação inusitada: as pessoas que se imaginavam sócias da Abrasbuco seriam, efetivamente, apenas “sócias da revista Ação Coletiva”, como se este fosse o desejo delas. A estratégia de assim proceder para apenas agilizar trâmites e facilitar o fluxo administrativo do registro, em cartório, da Abrasbuco (e de seu periódico científico, uma das motivações para criar a entidade) transformara-se em motivo de disputa política, polarizado em torno de dois projetos de revista: de um lado, havia os que se identificavam com uma publicação que deveria se constituir como um periódico científico da Abrasbuco, tal como havia sido cogitado quando se criara a Abrasbuco e, sobretudo, em conformidade com o delineado no Congresso da Abrasco, em setembro de 1999, no Rio de Janeiro; de outro lado estavam os que entendiam que a publicação da entidade deveria se constituir em instrumento de formação política para intervenção nos movimentos sociais e de saúde e subordinado não à Abrasbuco, mas a uma entidade denominada ‘Ação Coletiva’, criada no Distrito Federal, e cuja vida associativa não era do conhecimento dos integrantes do movimento da SBC.

À ideia de uma revista científica editada pela Abrasbuco e, portanto, expressão dos valores que nortearam a criação da entidade, havia um contraponto que opunha ‘ciência’ (e seus canais, como são os periódicos) e ‘participação popular’, nas questões de saúde. Em uma dessas manifestações, que reproduzo por seu significado, obviamente não expondo o autor, são apresentadas algumas objeções (extemporâneas, registre-se, pois este assunto fora superado no âmbito do movimento da SBC), a uma revista científica, que revelam o cerne dessa posição:

“Recomendar a utilização de indicadores sócio-dentais afim de esclarecer e identificar as reais necessidades dos diferentes grupos da população? Será que precisamos mesmo disso? Não dá pra ver? A olho nu? Com essa história de evidências o tempo todo, estamos nos esquecendo que evidentemente existem coisas que já são evidências per si, independente da testagem de hipóteses. Que positivismo é esse que estamos vivendo e deixando virar nossas cabeças? Será que ao andar nas ruas e olhar para os lados não detectamos as necessidades dos diferentes grupos da população? Precisamos mesmo de indicadores dentais (veja que já nem são mais

bucais os indicadores). Segundo o relatório [*o autor fazia referência ao Documento Final do 12º Enatespo, realizado em Porto Alegre*], a equidade significa ser justo (...). Mas ser justo ou não é um julgamento de valor? Justo para quem? Marx já dizia que abolir a propriedade privada é que era justo, afinal 9 em cada 10 pessoas não tem uma, mas você acharia isso justo? E a morte do Uê (traficante do RJ) você acha justo? E o menino pedindo comida, a velha passando frio, o índio sendo queimado enquanto o homicida é contratado pelo governo de forma legal por um salário maior que o de quase todos nós; vocês acham isso justo? A justiça não está nas mãos de quem tem o poder? E quem tem o poder? (perguntinha difícil essa) [*o comentário entre aspas é do autor citado*]. (...)

“Se acreditarmos que um outro mundo é possível, que podemos escrever nossa própria história, nos daremos conta de que também precisaremos construir novas propostas e lutar por elas, e isso, só será possível, se nos unirmos com a população excluída, sem medo de nos tornarmos nós mesmos excluídos, mas com uma certeza, quase indubitável, e incorruptível, de que nós mesmos ressurgiremos renovados, e que construiremos um mundo melhor. Mais democrático, mais coletivo e menos fantasioso. Muitos acharão que são apenas sonhos, fantasias. Digo que não: são utopias! E são delas que devemos nos abastecer e nos suprir, pois construindo projetos para o futuro estaremos já modificando este futuro, porque agora ele já tem uma outra possibilidade de ser, e certamente muitas pessoas que acreditarão nele.

“Para mim, muito mais importante que o positivismo irracional e academicista de evidências (que já conhecemos empiricamente), é preciso haver uma desmonopolização da boca, onde a odontologia faria parte de uma equipe interdisciplinar de saúde bucal; o universo social deve ser percebido pelos dentistas em toda sua complexidade, incorporando a saúde bucal na lista de prioridades das políticas públicas de saúde e principalmente, é preciso que tenhamos uma atuação no campo da política, compreendendo as relações ideológicas de dominação e participar dos movimentos de luta pela democracia e luta pelo SUS”.

Em Porto Alegre, houve reconhecimento, conforme consta da Ata da mencionada assembleia, de que a RBOSC havia desenvolvido “um processo de trabalho profissional” e que teria conseguido

“agregar um corpo editorial de alto nível científico, o que em médio prazo deverá resultar na melhor classificação da Revista na CAPES. A atual classificação da Revista é Qualis C. A Revista conseguiu também recursos financeiros através do Programa de Apoio à Publicações Científicas do CNPq em 2001, num total de R\$ 10.795,00”.

No 12º Enatespo (Porto Alegre) foi eleita uma nova diretoria para a Abrasbuco (Gestão 2002/2004). Na primeira assembleia conduzida pela diretoria eleita em Porto Alegre, realizada durante o 7º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em julho de 2003 em Brasília, foram tomadas importantes decisões relativas à Editoria da RBOSC. Em momento decisivo, quando o projeto editorial começava a se consolidar, e a revista buscava conseguir a necessária periodicidade para requerer sua indexação, qualificando-se junto aos órgãos pertinentes para avançar em sua missão, essas mudanças impactaram-na profundamente. Não obstante o reconhecimento do trabalho realizado até aquele momento, ele foi interrompido, adotando-se um novo rumo para o periódico. Mas surgiram dificuldades que não se conseguiu superar para a produção dos fascículos subsequentes do periódico e, infelizmente, não prosperaram as articulações com uma editora que manifestara interesse na publicação da revista.

O tempo revelou que as decisões sobre a revista da Abrasbuco foram fatais para o periódico, que, como tantos, sucumbiu inviabilizado por custos e divergências quanto ao que deveria ser feito.

## **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE BUCAL COLETIVA**

A criação de uma entidade específica de Saúde Bucal Coletiva voltara a tomar corpo a partir do 12º Enatespo, realizado em Curitiba, em 1996. Paralelamente ao evento, mas organicamente integrado a ele, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Saúde Bucal Coletiva (CBSBC).

Em Cuiabá, no 13º Enatespo e 2º CBSBC, realizados em 1997, houve tentativa de criar uma entidade mas, como não foi possível aprofundar o debate sobre isto, em alguma instância formal, a decisão de consenso foi incluir o tema

na agenda do 14º Enatespo e 3º CBSBC, que viriam a ser realizados em Fortaleza, no ano seguinte. E assim foi feito.

Consta do Documento Final do 14º Enatespo e 3º CBSBC, realizados em Fortaleza, CE, no período de 9 a 13 de agosto de 1998, que

*"A plenária do XIV ENATESPO e do III CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE BUCAL COLETIVA fica ciente da fundação da Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva que congrega os trabalhadores de saúde bucal, com o objetivo de apoiar a melhoria do ENATESPO e o seu desenvolvimento pleno e solidário".*

A entidade que se estava a criar (no dia 11/8/1998, mais especificamente) era, portanto, como havia sido proposto em Cuiabá, uma entidade de Saúde Bucal Coletiva, e não apenas mais uma entidade odontológica e, muito menos, uma entidade vinculada a uma determinada especialidade odontológica<sup>(7)</sup>.

É isto o que consta da sua Ata de fundação: "(...) O assunto foi amplamente discutido e, ao final, quando foi colocado em votação, chegou-se, pela maioria de quarenta e dois votos, à conclusão de que devia criar-se naquele momento a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE BUCAL COLETIVA [*maiúsculas na Ata*]. Houve quatro votos contrários e duas abstenções (...)”<sup>(7)</sup>. A assembleia de fundação não discutiu, nem decidiu, sobre a expressão "AÇÃO COLETIVA", acrescentada à Ata, apenas para fins de registro em cartório.

Cabe assinalar, porém, que consta da referida Ata de Fundação da Abrasbuco, o seguinte trecho:

*"(...) abriu os seus trabalhos fazendo uma exposição sobre os objetivos da reunião e um balanço sobre os trabalhos preparatórios já executados, bem como um relato sobre a Revista Ação Coletiva lançada sob sua direção no início deste ano e que já conta com três números editados, correspondendo aos três primeiros trimestres de 1998. Comunicou igualmente, o Presidente da assembleia que a associação a ser fundada já contava com a adesão prévia formal de dezesseis (16) cirurgiões-dentistas, que se manifestaram por escrito favoravelmente à criação de uma entidade com o nome AÇÃO, cujos estatutos seriam ulteriormente a eles submetidos e que ratificariam ou não sua adesão à entidade, na categoria de sócios-fundadores, depois de terem conhecimento dos estatutos a serem aprovados."*

Este compromisso, porém, não foi cumprido ao registrar o Estatuto da entidade, cujo título, contrariando a decisão da Assembleia, permaneceu "Estatuto da Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva – Ação Coletiva". Para piorar, o nome da entidade, aprovado em Fortaleza, foi alterado no Estatuto "registrado no Cartório Marcelo Ribas, da Justiça do Distrito Federal - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas - Registro de Títulos e Documentos, no livro A-09, protocolo 00032476, reg. 00005035, fl. 512, em 21/06/1999", pois a última frase do documento foi redigida como segue:

*"E por estarem de acordo, assinam o presente Estatuto da Associação de Odontologia em Saúde Coletiva - AÇÃO COLETIVA, em Fortaleza, os dias 11 do mês de Agosto de 1998".*

Incluiu-se a ressalva de que,

*"Atualmente encontra-se em preparação uma proposta de modificação para as devidas adequações. Tão logo se conclua este trabalho, será divulgado para colher novos subsídios de forma a submeter uma versão final para apreciação em reunião da Entidade".*

O artigo 1º desse Estatuto afirma que

*"A Associação Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva, em diante denominada de Ação, é constituída como organização não governamental, sem fins lucrativos, com carácter cultural, que reúne trabalhadores de saúde coletiva que realizam esforços para elevar a qualidade da saúde bucal da população brasileira, atuando como entidade representativa de trabalhadores interessados na saúde bucal coletiva, regendo-se pelos presentes Estatutos."*

Mas "Ação" é uma denominação totalmente estranha aos ativistas do movimento da SBC. Ela só existe nesse documento e contra a vontade desses ativistas, jamais tendo sido utilizada por ninguém com atuação na Abrasbuco. Mesmo "Ação Coletiva", jamais foi unanimidade no movimento.

Constata-se, portanto, que o processo político que levaria à criação da Abrasbuco em 1998, que fora iniciado em Curitiba em 1996 e havia sido aprofundado em Cuiabá no ano seguinte, não teve respeitados os encaminhamentos aprovados em Fortaleza, na assembleia de fundação da entidade.

Em termos estritamente legais, portanto, apenas em 1/5/2014 a denominação da Abrasbuco passou a ser "Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva", abandonando definitivamente a expressão adicional "Ação Coletiva". Mas desde Fortaleza a Abrasbuco manteve a sigla que segue atual.

No capítulo "*Abrasbuco - passado, presente e futuro: registros de uma trajetória*", Pires-Filho esclarece que não teve o objetivo de "contar essa história, que está para ser escrita pelos que a protagonizaram"<sup>(7)</sup>. Este é o propósito deste ensaio. Não, propriamente, contar "a" história, mas registrar como vivenciei e percebi momentos cruciais dessa trajetória. Em "*Abrasbuco: uma visão sobre a origem e os objetivos estratégicos*", de janeiro de 2005, escrevi que a ABOS é a 'avó' da Abrasbuco e o MBRO sua 'mãe', pois "não consigo vê-la desvinculada dessa origem. E vê-la segundo esse veio histórico implica, como não poderia deixar de ser, o dever de compartilhar com os companheiros que a integram a construção coletiva de uma identidade e a fixação, com toda clareza, de objetivos históricos dos quais, a meu ver, a Abrasbuco não deve se distanciar. Objetivos de dimensão estratégica que, sem dúvida, comportam objetivos táticos em diferentes conjunturas, de modo a não engessar politicamente a entidade".

Nesse mesmo texto de 2005 reiterei que, "para fixar seus objetivos estratégicos a Abrasbuco precisa definir suas relações com a 'Odontologia' e com a 'Saúde Coletiva', [*reconhecendo*] que o movimento da SBC tem, historicamente, compartilhado esses dois campos." Creio, afirmo, não haver dúvida "quanto aos limites e restrições da 'Odontologia' para a realização dos nossos objetivos, ainda que não haja antagonismo entre uma e outros. Apenas reconhecemos que a 'Odontologia' opera, sobretudo, num campo biológico e clínico que é insuficiente para lidar com os problemas que nos propomos resolver. Ademais, ainda que no plano institucional a Odontologia brasileira abrigue múltiplos interesses de distintas classes sociais, não é preciso muito esforço para constatar que predominam, largamente, os interesses que venho identificando com a expressão 'Odontologia de Mercado'<sup>(2)</sup>. Tais interesses estão umbilicalmente ligados às classes dominantes brasileiras. Numa palavra, as elites 'mandam' na Odontologia brasileira que opera para realizar seus (e não outros) interesses. Nosso movimento da saúde bucal coletiva sempre esteve no outro lado, [*uma vez que não temos compromissos com*] os interesses das elites brasileiras. Em conversas com companheiros(as) tenho dito que se o movimento da SBC tivesse nascido nos

anos 1960, provavelmente o identificaríamos como o movimento da 'Odontologia do Oprimido', em analogia com a Pedagogia do Oprimido, com o Teatro do Oprimido, e tantos outros 'oprimidos' daquele período. Quero dizer, com isso, que não deve pairar qualquer dúvida, para os que se juntem a nós, no movimento da SBC e na Abrasbuco, quanto à nossa identidade e compromissos. Queremos uma Odontologia para os despossuídos, para os proletários, para os sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-cidadania. Este é o 'nosso lado'. Esta é a nossa luta: para que, em nosso país e onde quer que seja, sejam esses os interesses que prevaleçam. É esse rumo geral que, a meu ver, dá sentido à Abrasbuco e é sua razão de ser".

Muitos anos depois, é exatamente isto o que sigo pensando da Abrasbuco e da sua missão e finalidades. Afinal, nesses tempos em que fomos levados a viver, tendo um celerado à frente da presidência República, com gravíssimas ameaças à democracia, ao direito à saúde, ao SUS e à política nacional de saúde bucal, dentre tantas agressões aos direitos sociais mais elementares, a manutenção da Abrasbuco é um dever ético-político.

É crucial, também, reafirmar que a Abrasbuco é uma entidade com dupla filiação profissional/corporativa: é uma entidade odontológica, mas é também uma entidade do campo da saúde pública/coletiva. Assim, não é apenas mais uma entidade odontológica, que reúne profissionais dessa área da saúde, mas uma entidade essencialmente política, comprometida com a defesa radical do direito (universal) à saúde, do SUS como instrumento institucional para assegurar a todos esse direito, com equidade e integralidade. Para dar consequência a esse compromisso, a Abrasbuco deve se aliar e compartilhar projetos com os movimentos sociais e demais entidades de saúde ou conectadas com ele, que tenham sintonia com esses valores. Por essas razões a Abrasbuco precisa, permanentemente, explicitar seu inequívoco compromisso de sempre lutar: a) em defesa do Estado Democrático de Direito que criamos em 1988; b) contra a tutela que empresas e capitalistas pretendem impor à Democracia; e, c) pela afirmação da radicalização da Democracia, em direção à ampliação e defesa de direitos sociais, pois isto está na raiz do que entendemos como "produção social da saúde bucal coletiva"(19). Essa explicitação é necessária atualmente, pois ninguém deve se associar ou se vincular de algum modo à Abrasbuco supondo, erroneamente, que sua missão seria apenas a de congregar "profissionais de saúde bucal do



SUS", independentemente de suas posições político-ideológicas, pois a Abrasbuco não foi criada com esta finalidade.

## REFERÊNCIAS

1. Pires-Filho FM. A construção do movimento de saúde bucal coletiva e a formação profissional. In: Pires-Filho FM. Na busca de uma prática odontológica socialmente referenciada: urros & sussurros Os silêncios e as falas da Saúde Bucal Coletiva. Porto Alegre: Edição do Autor; 2014. p. 180–91.
2. Narvai PC. Odontologia e Saúde Bucal Coletiva. 1ª ed. São Paulo: Hucitec; 1994. 113 p.
3. Narvai PC. Saúde bucal coletiva: caminhos da odontologia sanitária à bucalidade. Rev Saude Publica. 2006;40(SPEC. ISS.):141–7.
4. Narvai PC, Almeida ES. O sistema de saúde e as políticas de saúde na produção científica odontológica brasileira no período 1986-1993. Cad saúde pública. 1998;14(3):513-21.
5. Brasil. Lei nº 4.324, de 14/4/1964 [Internet]. DOU de 15/4/1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4324.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4324.htm)
6. Narvai PC. Recursos humanos para promoção da saúde bucal: um olhar no início do século XXI. In: Kriger L (org). Promoção da saúde bucal. 1ª ed. São Paulo: Artes Médicas-ABOPEV; 2003. p. 475–94.
7. Pires-Filho FM. Abrasbuco - passado, presente e futuro: registros de uma trajetória. In: Pires-Filho FM. Na busca de uma prática odontológica socialmente referenciada: urros & sussurros Os silêncios e as falas da Saúde Bucal Coletiva. Porto Alegre: Edição do Autor; 2014. p. 194–239.
8. Frazão P, Narvai PC. Saúde bucal no SUS: 20 anos de lutas por uma política pública. Saúde em Debate. 2009;33(81):64–71.
9. Camargo ATSP et al (org). CEBES 40 anos: memória do futuro. Rio de Janeiro: Cebes; 2016. 404 p.
10. Lima NT, Santana JP, Paiva CHA (orgs). Saúde coletiva: a Abrasbuco em 35 anos de história. [online]. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2015. 322 p.
11. Paim JS. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Cienc e Saude Coletiva. 2018;23(6):1723–8.
12. Narvai PC. A questão odontológica. Saúde em Debate. 1980;5(10):35–6.

13. Narvai PC. A FIO é de longe nossa melhor e mais combativa entidade. Fio - Boletim. 2008(nov):12.
14. Vieira-da-Silva LM (org). O campo da Saúde Coletiva: gênese, transformações e articulações com a reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz-EDUFBA; 2018. 269 p.
15. Narvai PC. SUS: 30 anos de resistência e contra-hegemonia. Abrasco; 2018. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sistemas-de-saude/sus-30-anos-de-resistencia-e-contra-hegemonia/34213/>
16. Soares CLM et al. O movimento da saúde bucal coletiva no Brasil. Cienc e Saude Coletiva. 2017;22(6):1805–16.
17. Warmling C, Ferreira EF, Padilha W. Saúde Bucal Coletiva: subvertendo o território odontológico. Ensaios & Diálogos em Saúde Coletiva [Internet]. 2017 Jun;44–6. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/revistas/ensaios-dialogos-em-saude-coletiva/ensaios-dialogos-em-saude-coletiva-numero-4/29315/>
18. Chaves SCL et al. Política de saúde bucal no Brasil 2003-2014: cenário, propostas, ações e resultados. Cienc e Saude Coletiva. 2017;22(6):1791–803.
19. Narvai PC, Frazão P. Saúde bucal no Brasil: muito além do céu da boca [Internet]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz; 2008. 148 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>

-----  
(\* ) Escrito em abril de 2020, como contribuição à recuperação da memória da Abrasbuco.

(\*\* ) Cirurgião-dentista sanitарista. Sócio-fundador da Abrasbuco.